

AUGUSTO DEODATO GUERREIRO

deodato.guerreiro@ulusofona.pt

**ESCOLA DE COMUNICAÇÃO, ARQUITETURA, ARTES E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO
DA UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS (PORTUGAL)**

À LUZ DA ACESSIBILIDADE E DA USABILIDADE EM CIDADES/ESPAÇOS URBANOS: ECOLOGIA COMUNICACIONAL INCLUSIVA

RESUMO

“Comunicar é como respirar. Ninguém pode viver sem respirar e sem comunicar, qualquer que seja o modo e o tipo; assim todos nós nos relacionamos e interagimos uns com os outros, desenvolvemo-nos e humanizamos, levando a cabo uma atividade profissional e ajudando a construir, humanizar e fazer um mundo mais ético para todos” (Guerreiro, 2015a). É nesta aceção que procuramos investigar e aprofundar a questão da comunicação e mediação cultural para todos, numa cidade ou num qualquer espaço urbano com um volume significativo de ofertas culturais, à luz da inerente e adequada acessibilidade e usabilidade, enquadrando metodologias estratégicas; contributos da investigação e das boas práticas inclusivas para a reciprocidade comunicacional e informacional, permitindo o desenvolvimento da equidade de direitos e igualdade de oportunidades, com lugar para todos; apresentação de teorias, experiências e boas práticas inclusivas no terreno, em Portugal e no estrangeiro; chegar a uma conclusão sólida alicerçada em debates sobre o conteúdo dos domínios curriculares interrelacionados, com o lançamento de desafios e propostas, colhendo o interesse público através da formalização de propostas mais alargadas e/ou especificamente alternativas, também com o contributo dos participantes.

PALAVRAS-CHAVE

Ecologia comunicacional; educomunicação e cultura; cidade para todos

No Ano Internacional da Luz (a luz convoca todas as direções da vida humana, independentemente das modalidades sensoriais disponíveis e ativas) e na decorrente Conferência Internacional em que nos encontramos na partilha científica de teorias e boas práticas inclusivas, também tem de começar a haver muita luz para iluminar de modo fecundo a evolução das cidades e espaços urbanos no sentido educacional, pedagógico e cultural para todos, no bem-estar na vida e na generalização da qualidade de vida para todos.

É tempo de irmos ao encontro de outras potencialidades oferecidas por este imensurável universo científico, num plano mais alargado do conceito de luz, para além das perspetivas física, clássica, quântica e relativista (a luz é uma sonda privilegiada do espaço e do tempo, sendo o universo todo o espaço e todo o tempo...), abrangendo a luz e as sombras através das fontes de informação, a luz mental, intelectual, espiritual, a luz a que se acede através da multissensorialização ou da suplência multissensorial, que se desenvolve, em geral, por ausência do sentido da visão, para que “se faça luz”, a luz cognitiva e sociocognitiva, a luz inclusiva. Sobre o conceito de luz, poderíamos viajar ao longo dos tempos, mesmo no plano mitológico, até nos sentirmos iluminados pelo século XVIII, passando por Voltaire, Shakespeare... e, entre outros portugueses, Camilo Pessanha, Fernando Pessoa, Jorge de Sena, Manuel Alegre...

Podemos, se quisermos e se estivermos devidamente apetrechados para a descoberta de outros caminhos de luz, interceder, promover ou mesmo regenerar os espaços urbanos, a vida urbana, fazer mais cidade ou re-dimensionar mais o espaço cidade e modernizar a sua memória ou as suas memórias, acessibilizando-as a todos sem exceções.

Pensamos em cidades que ganhem sensibilidade e que cultivem uma alma educadora, comunicativa e inclusiva, que tenham essa alma, que vistam e exerçam a comunicação educacional *versus* educação comunicacional, numa perspetiva ecológica de equidade a todos os níveis, onde dignamente todos os cidadãos caibam, mesmo com as suas desvantagens sensoriais, motoras ou de outra índole, seja apresentando uma configuração física anormal, desconfortável ou desagradável em termos de imagem visual, em cadeira-de-rodas, com irregularidades de movimentos e mobilidade, com bengala a pendular... ou com outra qualquer desuniformização anatómica ou défice neuromotor... E aqui podemos ter o peso significativo, funcional e operacional da comunicação educacional e da educação comunicacional nas palavras e nas ações conducentes a uma maior luminosidade sobre o conceito de inclusão.

FUNDAMENTAÇÃO

Costumamos asseverar que

A saudável perenidade do autoconhecimento e da problematização, fundada em vivos exemplos teórico-empíricos para a vida na sociedade de todos, pode originar, desenvolver e consolidar acessibilidades nas mais diversas áreas cognitivas, mas desde que as palavras e as ações se indissociem num mesmo propósito inclusivo, num mesmo sentimento discursivo, e que falem sempre a mesma língua.

· As *palavras* orais ou gráfico-foneticamente representadas, na sua dimensão intonacional e da glossemática, *representam* e *reproduzem* as nossas diferentes circunstâncias e memórias desde o fundo dos tempos.

· As *palavras* são as *sementes* vitais da luz e do fomento comunicacional e sociocomunicacional, cognitivo e sociocognitivo, relacional e interacional nas universalidades do “mundo da vida”, do desenvolvimento humano e do progresso em geral.

· As *palavras* permitem-nos viajar e voar na ubiquidade comunicacional, nos dados controlados (ou ínvios e por vezes sem domínio) em rede, na sua permanente e cada vez mais refinada intrusão nas nossas vidas, sob a forma de “big data” (os grandes e crescentes arquivos de dados) ou de “normose”, a proeminência dos nossos tempos.

· As *palavras* constituem (como o nosso próprio e indispensável respirar) as fartas e fecundas *searas* de pensamentos e ideias, de inovação e criatividade, o alimento e a materialização laboratorial sintática, semântica, pragmática e do valor semiótico de tudo, da significação, aplicação e usabilidade dessas *sementes* e *searas* na progressiva formação e transformação de mentalidades para a revolução social, edificação e consolidação de sociedades e das transversalizantes redes sociais (incorporando a formação das diversas culturas desde a imanência pensante até à atual comunicação intercultural, multiétnica e cibercultural), rumo a um desejável mundo humano, global e cosmopolita, cada vez *mais natural e eticamente inclusivo*. (Guerreiro, 2015b).

Comunicar é como respirar. Ninguém vive sem respiração e sem comunicação, seja esta de que forma e tipologia for, sendo com ela que todos nos relacionamos e interagimos, nos socializamos, nos desenvolvemos e nos humanizamos, desempenhamos uma atividade cívica e profissional, ajudamos a edificar, a eticizar e a humanizar o mundo da vida para todos, à luz da acessibilidade e da usabilidade oferecida pelas cidades e/ou espaços urbanos a todos os cidadãos, numa ecologia sociocomunicacional inclusiva que valorize a diversidade humana, no cruzamento da problemática da inclusão social das pessoas com Necessidades Especiais com a vida nos espaços urbanos e nas cidades, considerando ser no espaço da cidade que, nos nossos dias, encontramos mais condições para o desenvolvimento humano e da humanização. (Guerreiro, 2015a, 2015b, 2014b, 2013, 2012a, 2012b, 2011a, 2011b, 2009).

Se não respirássemos, não vivíamos; se não comunicássemos, não evoluíamos, não havia coevolução... A vida humana seria manifestamente diferente e inferior daquela que hoje temos, vivemos e maravilhamos. As imagens que pretendemos retratar e transmitir estão nas palavras e nas ações, que são sementeiras que devem fazer germinar searas de pensamento, de ação e de concretização, configurando tantas imagens quanto a nossa imaginação alcance para criar e implementar iniciativas que possam contribuir para uma maior iluminação e consistência inclusiva do projeto “Cidades Educadoras”, cidades inteligentes, inclusivas.

É nesta aceção que procuramos investigar e aprofundar a questão da comunicação e mediação cultural para todos, numa cidade ou num qualquer espaço urbano com um volume significativo de ofertas culturais, à luz da inerente e adequada acessibilidade e usabilidade, enquadrando

- Metodologias estratégicas para a acessibilidade e usabilidade comunicacional e informacional, cultural e tecnológica, espacial nos diferentes planos urbano e em rede *online* para

- A preparação dos adequados recursos, tecnologias/produtos de apoio, meios humanos complementares e outros que se achem necessários, consoante o exigido por cada uma das sete áreas de incidência do Curso que temos em funcionamento na ECATI/ULHT, no qual, sob o ponto de vista científico e de sensibilização pública, se incentiva ao progressivo e profícuo trabalho a desenvolver pelas Cidades Educadoras e inclusivas;
- A elaboração de materiais adaptados, de espaços e contextos em que predomine a acessibilidade e a usabilidade, conforme o exigido por cada uma das sete áreas de incidência do mesmo Curso.

- Contributos da investigação e das boas práticas inclusivas para a reciprocidade comunicacional e informacional, multissensorial e intercompreensão das e com:

- As pessoas cegas e com baixa visão;
- As pessoas surdas;
- As pessoas surdocegas;
- As pessoas com paralisia cerebral;
- As pessoas com multideficiência;
- As pessoas com problemas motores;
- As pessoas com problemas cognitivos e/ou com autismo/atraso global no desenvolvimento.

- Apresentação de teorias, experiências/boas práticas inclusivas no terreno, em Portugal e no estrangeiro, com:

- Exemplos de empresas e instituições em Portugal que têm trabalhado a inclusão em cada uma das sete áreas do Curso;
- Exemplos de empresas e instituições estrangeiras que têm trabalhado a inclusão em cada uma das sete áreas do referido Curso.

- Chegar a uma conclusão tão sólida quanto possível, também aliçada em debates sobre o conteúdo dos domínios curriculares interrelacionados (os passos formais a seguir enunciados), com o incitamento e prospeção de desafios e propostas, colhendo o necessário interesse público através da formalização e preenchimento de um inquérito de satisfação/avaliação, a partir dos participantes, em que estes também definem e fundamentam as suas sugestões.

Os domínios curriculares interrelacionados e essenciais à abordagem deste contexto multissensorial inclusivo são:

Equipamentos Culturais/Fontes de Informação/Redes Sociais para Todos
Sucintamente, deverá abranger bibliotecas/mediatecas e as diferentes fontes de informação *online*; arquivos históricos; cinema; teatro; ópera;

dança; televisão; internet; redes sociais... com enfoque na ergonomia espacial e on-line, luminosidade, acessibilidade e usabilidade, audiodescrição, braille, materiais audiotáteis, SPC (Sistemas Pictográficos de Comunicação), LGP (Língua Gestual Portuguesa), leitores de ecrã braille e voz e em caracteres ampliados, aplicativos tecnológicos específicos. Neste domínio, bem como nos seis que vão seguir-se, os funcionários que recebem e trabalham com o público deverão estar munidos da formação específica para poderem interagir com as pessoas que apresentam dificuldades, mercê da tipologia e grau da sua deficiência, no acesso e utilização dos espaços e equipamentos ou exposições e outros tipos de ofertas observáveis.

Arquitetura e Inclusão

Sucintamente, deverá abranger e corresponder às exigências prementes dos cidadãos com mobilidade reduzida ou condicionada, nos planos articuladamente arquitetónicos e urbanísticos, da ergonomia, acessibilidade e usabilidade nos diferentes espaços e vias públicas, passeios e lancis, pavimentos e luminosidade exteriores e interiores, edifícios públicos, equipamentos de saúde e culturais, habitações...

Urbanismo e Inclusão

Sucintamente, deverá abranger questões que se prendem com localização e acessibilidade; pavimentos das vias públicas, passeios/lancis e interiores, com a necessária acessibilidade e usabilidade; ecologia comunicacional urbana inclusiva, observando-se também o legislado para se cumprir nos planos da arquitetura; sinalética urbana audiovisual e tátil, designadamente em todas as passadeiras e em lugares de referência; transportes públicos equipados com informação sonora nos pontos mais indicados para uma melhor audibilidade; paragens de transportes públicos com informação audiovisual e tátil.

Museologia e Inclusão

Sucintamente, deverá abranger estratégias de locomoção, visando a acessibilidade, orientação e mobilidade; tecnologias adaptativas/aplicativos eletrónicos de apoio; ergonomia/luminosidade; pavimentos táteis; audiodescrição; réplicas táteis; mapas em relevo; braille; LGP; SPC; meios humanos complementares de apoio; aperfeiçoamento e aplicação do “sapato GPS” para pessoas cegas, “luva para Língua Gestual”, etc.

Turismo para Todos

Sucintamente, deverá abranger orientação e mobilidade; capacidade audiodescritiva; LGP; aplicação de conhecimentos de comunicação aumentativa e alternativa; produtos/aplicativos tecnológicos de apoio e meios humanos complementares de apoio; breves noções na área da gestão hoteleira e inclusão; atendimento inclusivo; orientação e mobilidade, acessibilidade e usabilidade em todos os espaços do estabelecimento hoteleiro.

Desporto para Todos

Sucintamente, deverá abranger as modalidades desportivas acessíveis aos cidadãos com mobilidade reduzida ou condicionada, sensorial, motora ou de outra natureza, e todos os processos alternativos e aumentativos que possam ser utilizados na suplência multissensorial e motora destes cidadãos.

Cidade para todos

Sucintamente, deverá passar a ter e a vestir o espírito humano e humanizante insuflado e determinado na inovadora e incentivadora Declaração de Salamanca (Declaración de Salamanca, 1994), no que respeita à inclusão escolar e frutíferas consequências daí decorrentes, e na inter-relacionada e igualmente incisiva no alargamento e promoção do conceito de inclusão e dos grandes valores humanos nele implícitos, a Declaração “La Ciudad y las Personas con Disminución” (Declaración de Barcelona, 1995 e 2011), aprovada no Congresso Europeu sobre a temática da inclusão, realizado em Barcelona em 1995. Com esta Declaração surge o efeito da “Carta das Cidades Educadoras” (Carta das Cidades Educadoras, 1990), a qual tem vindo a registar um progressivo número de cidades signatárias, aderindo à Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE), com o objetivo de se investir seriamente num trabalho educativo e sociocomunicacional para todos, em que a ecologia sociocomunicacional possa ter um papel relevante e decisivo no contexto da inclusão, da dignificação social e qualidade de vida de todos os cidadãos, cruzando a problemática da inclusão social (das pessoas com défices sensoriais, neuromotores, de orientação e mobilidade, de autonomia e independência e de outras tipologias) com a vida nos espaços urbanos/cidades, estando cientes de que é no espaço da Cidade Educadora que encontramos mais condições para o desenvolvimento humano, à luz da humanização. Ao mesmo tempo, haver estruturas institucionais, designadamente autárquicas e de carácter assistencial e associativo, devidamente preparadas e interventivas

no esclarecimento social e sensibilização pública, no que se refere às ofertas públicas e ao comportamento de uma sociedade educadora e inclusiva.

Na nossa ampliação do conceito de luz, temos vindo a concentrar-nos no problema da inclusão social das pessoas com necessidades especiais nos espaços urbanos, ou seja, em tudo o que possa ser enquadrado no conceito de Cidade Educadora e nos objetivos a prosseguir neste âmbito (Ramos, 1997; Rodrigues, 2014). A inclusão é uma problemática que vem sendo trabalhada com mais evidência desde os anos 90 do século passado (a célebre Declaração de Salamanca e sobretudo a partir do Congresso Europeu sobre a inclusão, realizado em Barcelona em 1995, sendo aprovada nesse evento a Declaração “La Ciudad y las Personas con Disminución” (23-24 de março de 1995, aderindo 369 cidades de 14 países europeus, entre os quais 13 cidades de Portugal) e elegendo-se o slogan “cidades para Todos”, com a Carta das Cidades Educadoras e um sucessivo número de cidades signatárias da mesma e aderindo à Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE), fundada em Bolonha em 1994, com as quais já se registam trabalhos de investigação avançada e de aplicação significativos. À luz da história, a marginalização ou tolerância das pessoas com necessidades especiais tem sido uma constante histórica que tem vindo a evoluir de uma perspetiva terapêutica do problema para uma perspetiva educativa e social, não dependendo a integração social das capacidades e competências destes cidadãos, mas sobretudo do envolvimento e do contexto social.

Mas estas preocupações, já com algum grau de importância e de plausibilidade, remontam à década de 70 do século passado, constatando-se que a humanidade tem vindo a evoluir, sob o ponto de vista cognitivo e de mudança de mentalidades em relação às pessoas com necessidades especiais, caminhando-se de uma postura e comportamento filantrópico e assistencial para patamares mais elevados de entendimento social da problemática da deficiência, encarando-a como um problema de direitos humanos e igualdade de oportunidades, visando já o direito à inclusão e à sociedade inclusiva, organizando-se esta no sentido de acolher todas as pessoas, independentemente dos seus condicionalismos, assim valorizando a diversidade humana.

O conceito de “cidades educadoras” deve-se a um movimento criado em 1990, que veio a ganhar sucessiva representação nos órgãos de poder num crescente número de cidades, sustentando a importância que resultaria do trabalho em conjunto, projetos e atividades, para melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes, tendo-se formalizado como Associação

Internacional das Cidades Educadoras em 1994, num Congresso realizado sobre a temática em Bolonha/Itália, logo elegendo os seguintes objetivos:

- Promover o cumprimento dos princípios da Carta das Cidades Educadoras;
- Impulsionar colaborações e ações concretas entre as cidades;
- Participar e cooperar ativamente em projetos e intercâmbios de experiências com grupos e instituições com interesses comuns;
- Aprofundar o discurso das Cidades Educadoras e promover a sua concretização;
- Influenciar no processo de tomada de decisões dos governos e das instituições internacionais em questões de interesse para as Cidades Educadoras;
- Dialogar e colaborar com diferentes organismos nacionais e internacionais.

As Cidades Educadoras são as que subscrevem a Carta das Cidades Educadoras (já perto de seis dezenas na Rede Territorial Portuguesa) e que aderem à AICE, visando a instauração nas mesmas do espírito e da prática da inclusão social, em que a acessibilidade e usabilidade aconteça naturalmente, num plano de ecologia sociocomunicacional, da equidade de direitos e igualdade de oportunidades para todos os cidadãos.

As Cidades Educadoras, as quais muito desejamos que incorporem com naturalidade na sua ação um espírito verdadeiramente inclusivo, já vêm promovendo a cidadania das pessoas com deficiência e o respeito pelas suas diferenças, organizando campanhas de sensibilização para a inclusão social, com enfoque no acesso à informação e aos serviços considerados imprescindíveis, bem como à saudável convivência social; já vêm também criando serviços de apoio à vida diária, adaptando edifícios e espaços públicos, melhorando a mobilidade e os transportes, fomentando o estudo e a investigação em relação ao diagnóstico e respostas às necessidades especiais, incentivando à elaboração de planos de ação que viabilizem a concretização de ajustadas medidas para a recíproca adaptação das cidades e das respetivas populações com necessidades especiais.

É um trabalho que nos deve acompanhar desde o berço, para que a inclusão aconteça com naturalidade, só assim havendo lugar ao esquecimento do vocábulo inclusão com o peso e desconforto signficacional

que o conceito transporta. Isto porque é, desde o berço, que vamos assimilando e utilizando conceitos, por intermédio do treino e aprendizagem, do convívio social, da teorização e do puro raciocínio.

O curso e efeito dos conceitos é como a crescente pressão do volumoso caudal de um rio exercida nas suas margens, fazendo-as naturalmente ceder, alargando-as e, por consequência, ganhando e preenchendo com as suas águas cada vez mais espaços vazios e sedentos. (Guerreiro, 2014b e 2015a)

CONCLUSÃO

A formação especializada transversalizante que propomos, à luz da acessibilidade e da usabilidade em cidades educadoras e espaços urbanos, numa perspetiva ecológico-comunicacional inclusiva, é um projeto, cujos destinatários e arautos científicos para a sua investigação, desenvolvimento e aplicação no terreno são, principalmente:

- Docentes e investigadores nas áreas das Ciências da Educação, da Comunicação e da Informação (contemplando, designadamente, o marketing, publicidade e relações públicas, design e *webdesign*, recursos humanos, a educação comunicacional e a comunicação educacional, a biblioteconomia, arquivística e museologia), do Desporto e Turismo/hotelaria, da Arquitetura e Urbanismo, das áreas dos equipamentos culturais, das engenharias e empreendedorismo na conceção das Cidades Educadoras e inclusivas, onde todos os cidadãos tenham efetivo lugar;

- Dirigentes e técnicos (mesmo nos planos securitário e de apoio) de equipamentos e eventos culturais, turísticos e desportivos, que exercem funções educomunicacionais e culturais no âmbito da administração central e local e em instituições, organizações e empresas, nas ONG's e IPSS.

A educação comunicacional e a comunicação educacional, a educomunicação, pedagogia e cultura nas cidades progressivamente educadoras e sociocomunicativas é, sem dúvida, uma forma de as tornar cada vez mais naturalmente inclusivas e capazes de responder aos desafios da vida em comum, dado que as cidades constituem o lugar privilegiado para esse efeito, visto as mesmas serem consideradas laboratórios vivos de ensino/aprendizagem da vida coletiva, espaços educomunicacionais e culturais permanentes, em que os múltiplos agentes e entidades põem em prática os seus ideais de educação e comunicação e de vida económica, cultural,

científica, artística e espiritual, onde se pretende que também haja acesso e usabilidade dessa luz através da multissensorialização ou da suplência multissensorial direcionada para essa luz, onde se pretende que haja mais luz intelectual, mais luz da *psiche*, mais luz arquitetural e urbanística, mais luz na quotidianidade da vida de todos, mais luz na solidariedade e na partilha em sobreposição aos egoísmos, mais luz na moral e na ética, *mais luz divina*, mais luz no empreendedorismo educativo, comunicativo e inclusivo... e, porque não também, envolvendo ainda a força do azul espiritual, do azul da esperança, no dizer da força do azul de Manuel Alegre expresso em *Uma Luz, só Luz* (doutamente enquadrado pelo ensaísta e cientista social Catedrático Moisés de Lemos Martins na Sessão Solene de abertura dos trabalhos desta Conferência Internacional Comunicação e Luz), no sentido mais amplo desta formulação que possamos conceber e materializar...

A vida é uma surpreendente e generosa intrinsecidade entre a utopia e a realidade para que o mundo, impulsionado por essa implícita reciprocidade, permaneça em constante e fecunda evolução, na diversidade humana em todas as vertentes comunicacionais e do conhecimento, na equidade educativa e profissional e de atenções afins, na igualdade de circunstâncias, oportunidades e qualidade de vida para todos os cidadãos. (Guerreiro, 2015b).

Como cada um de nós, tudo no mundo global e cosmopolita é um *megapuzzle* em permanente construção e que nunca estará concluído. Mas este mesmo mundo poderá ir crescendo, frutífera e naturalmente, sendo cada vez melhor, se o homem quiser e, de forma indómita, se empenhar, interagir e relacionar-se nesse sentido.

A LUZ E A VIDA EM 2015?...

«Ano Internacional da Luz» é sempre...
 Da física, do espírito, da mente...
 Mas poderia ser mais alargado...
 P'ra ser ao mesmo tempo proclamado
 Ano Internacional de Mais Consenso,
 Ano Internacional do Entendimento,
 Para iluminar Todos neste Mundo
 Com lírios do vale e cravinas, heras,
 Também murtas, jacintos e gerberas...
 Mais rosmaninhos, rosas, açucenas...
 Árvores de esperança sem contendias...

Sem nos zurzirem mais o pensamento!
 Dois mil e quinze alerta toda a gente
 Pràs chuvas, ventos, plúmbeo céu zangado...
 A adejarem sobre nós num peso intenso,
 Pedindo Luz e Paz e Amor profundo
 P'ra vivermos mais gratas Primaveras
 Com um saber feliz e mais fecundo,
 Sorrindo a vida um sol mais eloquente,
 Sem desinteligências nem algemas!...
 Sorrindo a vida mais beleza e senso,
 Felicidade em flor, cor e poemas!
 (Guerreiro, Feijó: 17-08-2015).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Guerreiro, A. D. (2009). Comunicação e cultura vs cidades acessíveis: para uma Teoria Sociocomunicacional da Partilha na Arte. *Atas do 8º Congresso Lusocom (Atas) e 6º Congresso SOPCOM* (pp. 52-64). Lisboa: ULHT.
- Guerreiro, A. D. (2011a). *Literacia Braille e Inclusão: Para um Estudo Histórico-Cultural e Científico da Tiflografia, Tiflogia, Infotecnologia e Equipamentos Culturais em Portugal*. Lisboa: Câmara Municipal.
- Guerreiro, A. D. (2012a). *Comunicação e Cultura Inclusivas*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas/ULHT.
- Guerreiro, A. D. (2012b). Comunicação e cultura inclusivas no desenvolvimento humano. *Atas do LIC'12 - Lusofona International Congress: Perspetivas Internacionais* (pp. 33-45), Gaia: ISLA.
- Guerreiro, A. D. (2011b). Tifloperceptibilidade avançada vs sociocomunicabilidade, inclusão e qualidade de vida. In A. D. Guerreiro (Ed.), *Comunicar e Interagir: um Novo Paradigma para o Direito à Participação Social das Pessoas com Deficiência* (pp. 17-49). Lisboa: Edições Universitárias Lusófona/ULHT.
- Guerreiro, A. D. (2014a). *História Breve dos Meios de Comunicação: Da Imanência Pensante à Sociedade em Rede*. Almada: EDLARS - Educomunicação e Vida.
- Guerreiro, A. D. (2014b). Num polinómio educacional e cultural, uma perspetiva inclusiva para uma teoria do desenvolvimento humano na sociedade de todos (Vídeo/45 minutos, com legendas e tradução em LIBRAS). *Atas do I Congresso de Acessibilidade Online*. Rio de Janeiro.

- Guerreiro, A. D. (2015a). European intellectual platform for professionals in the field of typhology: a challenge/proposal. *R-LEGO - Revista Lusófona de Economia e Gestão das Organizações* 1, 111-125.
- Guerreiro, A. D. (2015b). Para uma teoria educomunicacional inclusiva em intervenção precoce na cegueira. *Atas do VII Seminário Nacional «Comunicação Inclusiva em Intervenção Precoce: Desafios e Propostas*. Lisboa: ULHT.
- Ramos, M. L. M. (1997). La Ciudad y las Personas con Disminución: la Declaración de Barcelona. *Polibea*, 42, 34-39.

OUTRAS REFERÊNCIAS

- Carta das Cidades Educadoras (1990). Retirado de <https://5cidade.files.wordpress.com/2008/04/cartacidadeseducadoras.pdf>.
- Declaração das Cidades Educadoras (2011). Retirado de www.cm-palmela.pt/uploads/writer_file/document/320/Pdf_9_-_Declaracao_das_Cidades_Educadoras_para_o_desenvolvimento_Sustentavel.pdf.
- Declaración de Barcelona (1995). Retirado de www.bcn.cat/ciutat-disminucio/es/.
- Declaración de Salamanca (1994). Retirado de www.unesco.org/education/pdf/SALAMANCA_S.PDF.
- Rodrigues, D. (2014, 05 de abril). Declaração de Salamanca: 20 anos pela educação para todos. *Jornal Público*, p. 54.